



Reestruturação e Expansão  
das Universidades Federais

## Diretrizes Gerais



Documento preliminar Elaborado pelo Grupo Assessor nomeado pela Portaria nº 552  
SESu/MEC, de 25 de junho de 2007, em complemento ao art. 1º §2º do Decreto Presidencial  
nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

**Julho 2007**



## Índice

1. Apresentação
2. *Diagnóstico da Educação Superior Brasileira*
3. *O que é o REUNI*
4. *Meta Global Reuni*
5. *Indicadores*
6. *Orientações para planos de reestruturação*
7. *Acompanhamento dos projetos*
8. *Quando apresentar as propostas*
9. *Recomendações*
10. *Bibliografia*

### **Anexos**

#### *Glossário*

*Tabela 1 – Simulação da taxa de conclusão de cursos de graduação a partir dos dados do PingIFES 2005, por curso de graduação.*

*Tabela 2 - Simulação Preliminar da relação entre alunos de graduação por professor a partir dos dados PingIFES 2005.*

*Tabela 3 - Fator de retenção definido pela Andifes/SESu.*

*Tabela 4 – Tabela de valores de salários dos professores, técnico administrativos e bolsas.*

*Tabela 5 – Quadro Síntese de Indicadores Acadêmicos.*

*Tabela 6 – Quadro Síntese de Orçamento.*

*Tabela 7 – Simulação dos valores de custeio, previstos no Decreto nº 6096, prevendo a participação de todas Universidades a partir de 2008.*

*Tabela 8 - Simulação da distribuição dos recursos de custeio considerando a participação de todas as Universidades a partir de 2008 e com base no orçamento 2007.*

*Tabela 9 - Simulação dos valores de investimento inicial, na ordem de 500 milhões, prevendo a participação de todas Universidades a partir de 2008.*



# **DIRETRIZES DO PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS REUNI**

## **1. Apresentação**

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congregiar esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Assim, o REUNI tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos<sup>1</sup>, a contar do início de cada plano.

É importante ressaltar que o REUNI não preconiza a adoção de um modelo único para a graduação das universidades federais, já que ele assume como pressuposto tanto a necessidade de se respeitar a autonomia universitária, quanto a diversidade das instituições. O REUNI

---

<sup>1</sup> A relação de dezoito estudantes de graduação presencial por professor foi fixada com base nas determinações contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no que se refere à carga horária dos professores (art. 57), estimando-se salas de aulas com 45 alunos de graduação e uma carga horária discente de aproximadamente vinte horas semanais.

efetivar-se-á, portanto, sem prejuízo dos programas em desenvolvimento no âmbito do Ministério da Educação e dos sistemas de ensino e, nessa condição, se propõe substancialmente a agregar esforços e reforçar iniciativas para a ampliação das vagas e a elevação da qualidade da educação nacional. Ao mesmo tempo, os projetos apresentados pelas universidades poderão iniciar-se no conjunto de suas unidades acadêmicas, em algumas delas e/ou em novas unidades a serem criadas, desde que, ao final do período de cinco anos, a meta estabelecida seja alcançada.

Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do qualificado contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, está também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública. Ela é fundamental para que os diferentes percursos acadêmicos oferecidos possam levar à formação de pessoas aptas a enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, em que a aceleração do processo de conhecimento exige profissionais com formação ampla e sólida. A educação superior, por outro lado, não deve se preocupar apenas em formar recursos humanos para o mundo do trabalho, mas também formar cidadãos com espírito crítico que possam contribuir para solução de problemas cada vez mais complexos da vida pública.

A qualidade almejada para este nível de ensino tende a se concretizar a partir da adesão dessas instituições ao programa e às suas diretrizes, com o conseqüente redesenho curricular dos seus cursos, valorizando a flexibilização e a interdisciplinaridade, diversificando as modalidades de graduação e articulando-a com a pós-graduação, além do estabelecimento da necessária e inadiável interface da educação superior com a educação básica - orientações já consagradas na LDB/96 e referendadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, definidas pelo CNE.

Nesse cenário, a mobilidade estudantil emerge como um importante objetivo a ser alcançado pelas instituições participantes do REUNI não só pelo reconhecimento nacional e internacional dessa prática no meio acadêmico, mas fundamentalmente por se constituir em estratégia privilegiada de construção de novos saberes e de vivência de outras culturas, de valorização e de respeito ao diferente. O exercício profissional no mundo atual requer aprendizagens múltiplas e demanda interseção com saberes e atitudes construídos a partir de experiências diversas que passam a ser, cada vez mais, objeto de valorização na formação universitária. Entretanto, a existência efetiva de programas de mobilidade impõe não só condições materiais para que os estudantes se façam presentes em outras instituições. É necessário, sobretudo, superar o problema do distanciamento entre as instituições de ensino, estimulando uma cultura de cooperação permanente e garantindo ao aluno o aproveitamento

dos conteúdos estudados.

A ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil objetiva a igualdade de oportunidades para o estudante que apresenta condições sócio-econômicas desfavoráveis. Esta medida está diretamente associada à inclusão, democratização do acesso e permanência de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendidas como partes integrantes de um projeto de nação.

Os projetos apresentados ao REUNI serão avaliados em função da consistência entre as suas proposições e as exigências do decreto que instituiu o Programa, bem como quanto à exequibilidade dessas proposições. Este documento, expondo os principais pontos do REUNI, busca esclarecer e orientar as universidades federais que desejem participar do programa, uma vez que a sua implementação está fundamentada no princípio da adesão. Nesse sentido, este documento contempla um conjunto de indicadores que caracterizam as diretrizes a serem observadas por aquelas instituições quando da construção de suas propostas.

Os planos de reestruturação apresentados pelas universidades federais, e aprovados pelo Ministério da Educação, terão sua exequibilidade financeira garantida pelo MEC a partir do ano de 2008, mediante termo de pactuação de metas a ser firmado entre o MEC e as universidades participantes.

## **2. Diagnóstico da Educação Superior Brasileira**

Conforme o Censo da Educação Superior de 2005, o Brasil contava com 176 universidades, das quais 90 eram públicas, sendo 52 do sistema federal, 33 estaduais e 5 municipais. Nesse ano, o sistema público acolhia um total de 1.192.189 matrículas de graduação. O setor privado compreendia 1.934 instituições, dentre elas 86 universidades, com 3.260.967 matrículas de graduação. A cada ano têm ingressado 1.700.000 novos estudantes de graduação, na modalidade presencial, no sistema nacional de educação superior (INEP, 2005).

Por sua vez, no ano de 2005, os programas de pós-graduação do Brasil matricularam cerca de 124.000 estudantes de mestrado e doutorado e formaram aproximadamente 9.000 doutores. Nos últimos anos, a comunidade científica do país produziu 1,92 % dos trabalhos científicos publicados no mundo inteiro, ao mesmo tempo em que 93% dos programas de pós-graduação estão concentrados em universidades públicas, responsáveis por 97% da produção científica do país. Enfim, os dados indicam que a pesquisa desenvolvida no país encontra-se

fortemente concentrada nas instituições públicas, o que é consistentemente reconhecido pelas diversas dimensões do sistema nacional de avaliação.

Embora a maior oferta de vagas na graduação ocorra hoje no setor privado de ensino superior, a expansão desse setor apresenta sinais de esgotamento, principalmente pela saturação de mercado em várias profissões e pela inadimplência de segmentos sociais incapazes de arcar com o alto custo da educação superior. Desta forma, a ampliação das vagas na educação superior pública torna-se imperativa para o atendimento da grande demanda de acesso à educação superior.

O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação, tal qual herdado da reforma universitária de 1968. Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional, além de tudo submetida a um sistema de seleção pontual e socialmente excludente para ingresso na graduação. Muito cedo, os jovens são obrigados a tomar a decisão de carreira profissional de nível universitário. De outra parte, a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber, coloca o país em risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada dia mais globalizado e inter-relacionado.

No plano operacional, algumas constatações acerca de aspectos problemáticos da estrutura e funcionamento repetem, aprofundam e amplificam o conjunto de problemas estruturais herdados do velho regime de formação, tais como:

- Os atuais cursos de graduação são orientados quase que exclusivamente para a formação profissional e, mesmo aqueles que não têm essa natureza, como os bacharelados em áreas básicas, mantêm currículos concentrados, sem abertura para outras áreas do conhecimento.
- A aprovação de propostas curriculares inovadoras enfrenta grandes dificuldades por conta de sua incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares.
- A universidade pública brasileira ainda não conseguiu implementar, por falta de decisão política interna, na maioria das IFES, e de recursos financeiros, uma política de ações afirmativas, com efetiva garantia de permanência de estudantes que apresentem condições sociais desfavoráveis.

- Os dois princípios norteadores básicos dos currículos contemporâneos, flexibilidade e interdisciplinaridade, são praticados por um número muito reduzido de cursos de graduação e os que os aplicam optam por um dos princípios, ao invés de conciliá-los.
- As práticas pedagógicas, adotadas nos cursos de graduação, são tradicionais, com predominância de aulas expositivas e uso incipiente de recursos tecnológicos e outras formas inovadoras de ensino.
- As turmas apresentam, em geral, reduzido número de estudantes em componentes curriculares cuja natureza não requer essa baixa relação professor/aluno, predominando o padrão da formação em pequenos grupos.
- Os espaços físicos das unidades universitárias registram, não raramente, considerável ociosidade no período noturno.
- Os índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação atingem, em alguns casos, níveis alarmantes.

Em suma, estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento são problemas que, para sua superação, requerem modelos de formação profissional mais abrangentes, flexíveis e integradores.

### **3. O que é o REUNI**

Os desafios do novo século exigem uma urgente, profunda e ampla reestruturação da educação superior que signifique, no contexto democrático atual, um pacto entre governo, instituições de ensino e sociedade, visando a elevação dos níveis de acesso e permanência, e do padrão de qualidade. O país encontra-se em um momento privilegiado para promover, consolidar, ampliar e aprofundar processos de transformação da sua universidade pública, para a expansão da oferta de vagas do ensino superior, de modo decisivo e sustentado, com qualidade acadêmica, cobertura territorial, inclusão social e formação adequada aos novos paradigmas social e econômico vigentes, conforme preconizam as políticas de educação nacionais.

Nos últimos anos, o governo federal realizou um importante movimento de recuperação do orçamento das universidades federais e deu início a um vigoroso processo de expansão, com a implantação de 49 novas unidades acadêmicas, distribuídas por todo o território nacional, e a criação de dez novas universidades.

Em termos orçamentários, considerando-se os recursos do Tesouro na dotação inicial de 2007, houve um aumento global de 31,5% em termos reais quando comparados à execução orçamentária de 2002. Nesse período, o investimento nas universidades aumentou 905%, o custeio teve um aumento de 63,5%, e houve um acréscimo de 21,9% em pessoal (descontada a inflação e excluídas as despesas com pagamento de inativos e precatórios). Com a contratação de mais de 9.000 professores de terceiro grau, 14.000 técnicos administrativos e a abertura de 30.000 novas vagas em cursos de graduação, o Ministério da Educação reafirma seu compromisso com a universidade pública, gratuita e de qualidade.

Não obstante sua oportunidade e pertinência, a expansão do sistema público federal de educação superior deve estar associada a reestruturações acadêmicas e curriculares que proporcionem maior mobilidade estudantil, trajetórias de formação flexíveis, redução das taxas de evasão, utilização adequada dos recursos humanos e materiais colocados à disposição das universidades federais. Mais do que uma iniciativa de governo, este movimento alinha-se às propostas dos dirigentes das universidades federais, no sentido de consolidar e aperfeiçoar o sistema público de educação superior, com destaque para a revisão de currículos e projetos acadêmicos visando flexibilizar e melhorar a qualidade da educação superior, bem como proporcionar aos estudantes formação multi e interdisciplinares, humanista e o desenvolvimento do espírito crítico.

### **3.1 Objetivo**

Criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior.

### **3.2 - Diretrizes para a apresentação de propostas**

Ao lado das metas quantitativas dispostas no Decreto nº 6.096/2007, a SESu/MEC entende que as universidades precisam assegurar que a reestruturação e expansão programada

seja realizada com garantia de qualidade acadêmica. Além disso, há aspectos dispostos no mesmo diploma legal, que são altamente oportunos para o atual momento da educação superior brasileira e que devem ser tratados prioritariamente pelas universidades. Entre eles, destacam-se:

- A existência de flexibilidade curricular nos cursos de graduação que permita a construção de itinerários formativos diversificados e que facilite a mobilidade estudantil;
- A oferta de formação e apoio pedagógico aos docentes da educação superior que permitam a utilização de práticas pedagógicas modernas e o uso intensivo e inventivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; e
- A disponibilidade de mecanismos de inclusão social a fim de garantir igualdade de oportunidades de acesso e permanência na universidade pública a todos os cidadãos.

As propostas devem contemplar e atender às diretrizes descritas no artigo 2º do Decreto nº 6.096/2007. As diretrizes para o REUNI foram estruturadas em cinco dimensões, cada uma com um conjunto de aspectos específicos. Essas dimensões, conforme apresentadas a seguir, devem ser combinadas no plano de reestruturação das universidades federais, de acordo com a opção institucional em cada caso. Elas visam, atendidas as exigências colocadas pelas metas, pontuar aspectos que, ao serem implementados, possibilitam uma concepção mais flexível de formação acadêmica na graduação de forma a evitar a especialização precoce e possibilitar que o seu desenvolvimento atenda às diversidades regionais, às particularidades locais, bem como às múltiplas áreas de conhecimento que integram os diferentes cursos, resguardado o caráter de universalidade que caracteriza o saber acadêmico.

### **3.2.1 - Dimensões**

#### **(A) Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública**

1. Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;
2. Redução das taxas de evasão; e
3. Ocupação de vagas ociosas.

#### **(B) Reestruturação Acadêmico-Curricular**

1. Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade;
2. Reorganização dos cursos de graduação;
3. Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada;
4. Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos; e
5. Previsão de modelos de transição, quando for o caso.

### **(C) Renovação Pedagógica da Educação Superior**

6. Articulação da graduação com a pós-graduação: Expansão quali-quantitativa da pós-graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.
7. Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica;
8. Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem;
9. Previsão de programas de capacitação pedagógica, especialmente quando for o caso de implementação de um novo modelo.

### **(D) Mobilidade Intra e Inter-Institucional**

10. Promoção da ampla mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior.

### **(E) Compromisso Social da Instituição**

1. Políticas de inclusão;
2. Programas de assistência estudantil; e
3. Políticas de extensão universitária.

Em cada uma das dimensões, a universidade deverá propor ações para subitens e, caso ainda queira propor alguma ação em um aspecto não contemplado nessas diretrizes, mas inserido no escopo do programa, poderá fazê-lo em espaço apropriado para cada dimensão da reestruturação proposta.

Todas as propostas encaminhadas deverão contemplar um aumento mínimo de 20% nas matrículas de graduação projetadas para a universidade, além de atender as demais diretrizes do programa.

## **4. Meta Global Reuni**

A meta global do programa é alcançar, gradualmente, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano:

- Taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais;
- Relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais.

A elevação da taxa de conclusão resultará de uma administração eficiente das vagas ociosas, facilitada pela flexibilidade curricular e um favorecimento da mobilidade estudantil entre cursos e instituições diferentes, com aproveitamento de créditos. A relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor levará em conta a qualidade e o envolvimento

da pós-graduação da instituição em cursos de graduação.

#### 4.1 - Investimentos e Custeio Previstos

A tabela a seguir apresentada dispõe sobre os recursos de investimento e custeio previsto para o REUNI, considerando a hipótese de participação de todas as universidades federais. O total de investimentos projetados é na ordem de R\$ 2 bilhões e o valor acrescido ao orçamento de custeio atingirá, em cinco anos, o montante correspondente a 20% do previsto para 2007.

Os recursos de investimento deverão ser calculados considerando os valores indicados na tabela 9, podendo ser acrescido considerando um valor de referência-SESu para cada nova matrícula projetada. As simulações preliminares indicam um valor de referência na ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007 (valores em milhares de reais)					
Ano	2008	2009	2010	2011	2012
<b>INVESTIMENTO</b>	305.843	567.671	593.231	603.232	
<b>CUSTEIO</b>	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
<b>TOTAL</b>	<b>480.000</b>	<b>1.131.918</b>	<b>1.568.938</b>	<b>2.048.939</b>	<b>1.970.205</b>

## 5 – Indicadores

O Decreto nº 6.096/2007, em seu artigo 1º, § 1º, privilegiou dois indicadores de desempenho para a aferição das metas do programa: a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais e a relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor. O mesmo artigo delegava ao Ministério da Educação o estabelecimento dos parâmetros de cálculo desses dois indicadores, que passam a se traduzir nas seguintes definições:

### 5.1 - Taxa de conclusão dos cursos de graduação

A taxa de conclusão dos cursos de graduação presenciais oferecidos pela universidade

será estimada por meio da relação entre o número de diplomados em seus cursos e o número de vagas de ingresso oferecidas pela instituição.

**Taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG):** relação do total anual de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) e total anual de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING).

$$\text{TCG} = \text{DIP} / \text{ING}$$

A taxa de conclusão dos cursos de graduação é um indicador calculado anualmente por meio da razão entre diplomados e ingressos. Não se trata aqui propriamente das taxas de evasão observadas nos cursos da universidade, ainda que haja uma relação estreita com o fenômeno da evasão, pois não se mede com este indicador a proporção dos ingressos na universidade em um determinado ano que efetivamente alcançaram a diplomação, mas a eficiência com que a universidade preenche as suas vagas, inclusive as ociosas, decorrentes do abandono dos cursos.

Para os cursos recém iniciados, que ainda não formaram as suas primeiras turmas, e os que foram objeto de aumento recente nas vagas de ingresso, a taxa de conclusão só poderá ser calculada quando esses programas de ensino tiverem alcançado uma situação estável.

Vale notar, portanto, que a meta de uma taxa média de 90% de conclusão dos cursos de graduação diz respeito à eficiência com que as universidades federais preenchem as vagas que oferecem e levam seus estudantes à diplomação, objetivo que deve ser monitorado ao longo da execução dos planos de reestruturação.

## **5.2 - Relação de Alunos de Graduação por Professor**

A relação será calculada com base na matrícula projetada em cursos de graduação presenciais, tomando por base as vagas oferecidas nos processos seletivos para ingresso nas universidades.

**Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais (MAT):** projeção do total de alunos matriculados na universidade, realizada com base no número de vagas de ingresso anuais de cada curso de graduação presencial, a sua duração padrão (tempo mínimo, medida em anos, para integralização curricular) e um fator de retenção estimado para cada área do

conhecimento. A matrícula projetada não corresponde ao número de alunos que estão matriculados em disciplinas oferecidas pela universidade em um determinado período letivo.

$$\text{MAT} = \sum (\text{vagas de ingresso anuais} * \text{duração nominal} *(1+ \text{fator de retenção}))$$

A matrícula projetada em cursos de graduação estima a capacidade de atendimento da universidade como função do número de vagas oferecidas anualmente em seus processos seletivos e a duração dos cursos. Desta forma, excluem-se do cálculo da relação de alunos por professor as variações da matrícula decorrentes de reprovações e da rigidez curricular dos programas de ensino, que levam ao prolongamento injustificado da duração dos cursos.

As vagas de ingresso anuais correspondem às vagas oferecidas nos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação, com a única exceção dos processos seletivos para preenchimento de vagas ociosas. Consideram-se apenas os cursos que atendem aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação Superior para orçamentação do custeio das universidades federais. Incluem-se neste cálculo os bacharelados interdisciplinares e os cursos profissionais oferecidos para os alunos que completam o 1º ciclo de estudos universitários. O fator de retenção estipulado para cada área do conhecimento corresponde aos valores de uso corrente no cálculo do aluno equivalente. Tal fator estabelece um tempo de permanência adicional médio discente, por curso de graduação, utilizado no cálculo dos indicadores de distribuição orçamentária.

A medida do corpo docente utilizada no cálculo da relação de alunos de graduação por professor tomará por base o número de docentes com equivalência ao regime de dedicação exclusiva e será ajustada em função das dimensões dos programas de pós-graduação da universidade.

**Docentes com Equivalência de Dedicação Exclusiva (DDE):** cálculo do número de professores tomando-se por referência o professor de dedicação exclusiva.

$$\text{DDE} = \text{Total de professores-equivalente} / 1,55$$

O ajuste final da medida do corpo docente será realizado em função das dimensões dos programas de pós-graduação.

**Dedução da Pós-Graduação (DPG):** cálculo da dedução devida à pós-graduação, tomando-se por base (i) o número esperado de alunos de mestrado e doutorado na universidade em função da relação média de 1,5 alunos de pós-graduação por professor; (ii) o número efetivo de alunos de mestrado e doutorado matriculados nos programas da universidade, ponderado pelo fator de avaliação dos programas.

Para as universidades com relação de alunos de pós-graduação por professor acima da média nacional, a dedução far-se-á pela fórmula seguinte:

$$DPG = (\sum (m + d) Fav) - 1,5 * DDE) / 6$$

m = alunos nos cursos de mestrado

d = alunos nos cursos de doutorado

**Fav = fator de avaliação da CAPES**

Fav = 1,00 (cursos 3 e 4)

Fav = 1,25 (cursos 5 e 6)

Fav = 1,50 (cursos 7)

**DDE = docentes com equivalência de dedicação exclusiva**

O ajuste da medida do corpo docente, para as universidades que ultrapassam a média nacional na oferta de vagas na pós-graduação, faz-se à razão de 1 docente DE por 6 alunos de mestrado e doutorado (no caso de programas com avaliação 3 e 4), de 1 docente por 5 alunos (programas 5 e 6) e 1 docente por 4 alunos (programas 7). Cria-se, desta forma, um critério de equivalência para a oferta de vagas em cursos de graduação e de pós-graduação.

**Critério complementar de ajuste a título de incentivo à qualificação do corpo docente e expansão da pós-graduação nas universidades com oferta de vagas em programas de pós-graduação inferior à média nacional.**

As universidades que possuem um total de alunos em seus programas de pós-graduação inferior à média nacional de 1,5 aluno por professor com equivalência DE terão uma dedução

calculada segundo procedimento semelhante ao descrito anteriormente, limitada ao máximo de 5% do corpo docente.

$$\text{DPG} = \sum (\text{m} + \text{d}) \text{Fav} / 6$$

m = alunos nos cursos de mestrado

d = alunos nos cursos de doutorado

**Fav = fator de avaliação da CAPES**

Fav = 1,00 (cursos 3 e 4)

Fav = 1,25 (cursos 5 e 6)

Fav = 1,50 (cursos 7)

**DDE = docentes com equivalência de dedicação exclusiva**

**DPG máximo = 5% de DDE**

Com a introdução deste critério complementar para as universidades com relação de alunos de pós-graduação por professor abaixo da média nacional, faz-se necessário estabelecer 5% como a dedução mínima para as universidades que se encontram acima da média.

Assim, definidos os seus componentes, tem-se o cálculo final do indicador:

**Relação de Alunos de Graduação por Professor (RAP):** relação da matrícula projetada em cursos de graduação presenciais e a medida ajustada do corpo docente.

$$\text{RAP} = \text{MAT} / (\text{DDE} - \text{DPG})$$

Vale observar, portanto, que a meta de 18 alunos de graduação por professor diz respeito à oferta esperada de vagas nos cursos de graduação presenciais em função das dimensões do corpo docente.

A eficiência com que as vagas abertas nas universidades federais são preenchidas e os alunos levados à conclusão de seus programas de formação universitária é objeto do próximo indicador.

## **6 - Orientações para Elaboração de Planos de Reestruturação e Expansão**

Os planos de reestruturação e expansão a serem elaborados pelas universidades federais e submetidos ao Ministério da Educação, deverão conter:

- I.** Introdução: justificativa, conceitos e fundamentos.
- II.** Caracterização atual da Instituição: perfil (geral para a instituição).
- III.** As dimensões do projeto: objetivos e metas.  
Para cada um dos aspectos das dimensões, o plano deve apresentar os seguintes pontos:
  - Diagnóstico da situação atual;
  - Metas a serem alcançadas com cronograma de execução;
  - Estratégias para alcançar a meta;
  - Etapas; e
  - Indicadores.
- IV.** Plano geral de implementação da proposta:
  - Reordenação da Gestão acadêmica da IFES;
  - Formação docente para a proposta;
  - Programação da transição entre modelos, quando for o caso;
  - Plano de contratação de pessoal docente e técnico; e
  - Plano diretor simplificado de infra-estrutura física.
- V.** Cronograma geral de implementação e execução.
- VI.** Orçamento parcial e global detalhado de todas as etapas (investimento, manutenção e pessoal).
- VII.** Plano de acompanhamento e avaliação da proposta, apresentando os indicadores de progresso relativo às metas globais do Decreto 6096/2007.
- VIII.** Plano de acompanhamento de indicadores de qualidade utilizando os instrumentos nacionais de avaliação disponíveis para a graduação e a pós-graduação.
- IX.** Impactos globais (expectativas de transformação da universidade ao final do programa).
- X.** Quadro síntese da proposta conforme sistema fornecido pela SESu.

O modelo do formulário para envio de propostas apresentado no anexo deste documento prevê os quadros adequados para apresentação das informações correspondentes. O orçamento apresentado pelas universidades deve prever a associação de cada item previsto (investimento, manutenção, pessoal, etc.) com os aspectos das dimensões correspondentes. No quadro síntese da proposta será registrada a expansão da oferta de vagas de ingresso na

graduação e pós-graduação para o período de execução do REUNI, bem como a alocação prevista dos recursos nas rubricas de investimento e custeio.

## **7 - Acompanhamento dos projetos REUNI**

O processo de acompanhamento da execução das metas propostas pelas universidades integrantes do REUNI será realizado por meio da Plataforma PingIFES, cujo objetivo consiste na coleta de informações sobre a vida acadêmica das instituições federais de ensino superior. Seus dados são utilizados na distribuição dos recursos orçamentários das IFES, a partir de critérios acordados com os órgãos de representação das universidades. Com o horizonte fixado pelas metas relativas à abertura de novas vagas, às taxas de conclusão dos cursos e ao aumento gradativo da relação entre o número de alunos e professor estabelecidas nos projetos de cada universidade aderente, o PingIFES oferecerá o instrumental necessário para o desenvolvimento do processo de acompanhamento, em especial por ter, entre suas características, a oferta de uma maior agilidade na coleta das informações, com a eliminação de duplicidade de registros.

Além disso, o processo de verificação das informações incorporará a extensa gama de dados coletados por diversos órgãos (INEP, CAPES), inserindo-se, ainda, no contexto do sistema de avaliação estabelecido pelo SINAES. Assim, a integração dos resultados das diferentes dimensões da avaliação (avaliação de cursos de graduação, exame nacional de desempenho dos estudantes e avaliação institucional) deve ser efetuada para que se tenha uma adequada aferição das mudanças ocorridas a partir da adesão ao REUNI. É recomendável, aliás, na perspectiva de um atendimento gradual das metas globais, compatibilizar as etapas de cada projeto ao cronograma dos ciclos avaliativos do SINAES, efetuando-se uma primeira etapa de acompanhamento de resultados junto ao final do atual ciclo avaliativo, cujo encerramento está previsto para dezembro de 2009.

É importante, ainda, indicar que, em face da importância atribuída à avaliação por pares, haverá, em cada uma das universidades que participar do programa, uma dimensão específica de acompanhamento, composta pelo envio de analistas “in loco”, cuja análise deverá estar especialmente focada nos aspectos previstos no REUNI e consolidados na proposta da universidade. Para tanto, serão considerados ao longo da implementação do programa, os

desenvolvimentos efetivos das ações de modernização da estrutura curriculares, aliadas ao desempenho docente e discente, a evolução das avaliações da CAPES, a evolução da produção científica do quadro docente e a participação do quadro docente da pós-graduação em atividades da graduação. Por fim, as medidas de inclusão social serão avaliadas a partir da evolução do perfil social e econômico dos estudantes ingressantes nas instituições e das políticas implementadas no campo da assistência estudantil e das ações afirmativas, relacionadas ao sucesso ou fracasso nos índices de evasão.

## **8 - Quando apresentar as propostas**

Para as universidades interessadas em participar do REUNI em 2008, a proposta deve ser enviada à SESu/MEC até **28 de setembro de 2007**, em formulário eletrônico conforme modelo em anexo, com a devida aprovação do Conselho Superior de cada instituição e com estrita observância das diretrizes explicitadas tanto no Decreto nº 6.096/2007 quanto no presente documento. A proposta será apreciada por comissão para análise designada pela SESu/MEC. As propostas aprovadas para início em 2008 serão divulgadas em **05 de novembro de 2007**. Eventuais recursos poderão ser encaminhados até o dia **12 de novembro de 2007**. As instituições que optarem por não enviar propostas em 2007 poderão fazê-lo nos próximos anos, de acordo com o Decreto nº 6.096/2007, em calendário a ser divulgado pelo MEC.

Opcionalmente, em 2007, as universidades poderão apresentar uma carta-consulta na qual devem estar inscritos os eixos básicos de sua reestruturação a partir do formulário citado. O encaminhamento da carta-consulta não está condicionado à sua aprovação nos Conselhos Superiores. A carta-consulta deve ser enviada até o dia **27 de agosto de 2007**, para a SESu/MEC, que emitira parecer prévio até **14 de setembro de 2007**. Insista-se que se trata de etapa opcional, sem qualquer condicionante sobre o resultado da proposta definitiva a ser encaminhada.

Ao ser aprovada, a proposta dará origem a termo de pactuação de metas e de fixação de recursos humanos e financeiros adicionais destinados à universidade, cujos repasses estarão condicionados ao cumprimento das etapas previstas no projeto, conforme disposto no artigo 6º do Decreto nº 6.096/2007. Cada etapa apresentada deverá receber acompanhamento de

equipe específica da SESu, devendo as instituições observar estritamente os objetivos, metas e execução orçamentária para ela previstas.

### Quadro Síntese

<b>Etapas</b>	<b>Data</b>
Apresentação das cartas-consultas (etapa opcional)	27 de agosto de 2007
Divulgação da análise das cartas-consultas	14 de setembro de 2007
Apresentação das propostas	28 de setembro de 2007
Proclamação dos resultados	05 de novembro de 2007
Apresentação de recursos	12 de novembro de 2007
Divulgação dos resultados dos recursos	30 de novembro de 2007

Conforme já indicado, o referido cronograma é específico para a alocação orçamentária de 2008, sendo certo que o protocolo estará permanentemente aberto para as instituições que desejarem participar do REUNI. É preciso, entretanto, não perder de vista que o não atendimento ao presente cronograma remete a possível alocação decorrente da proposta para o ano subsequente, ou seja, 2009.

## 9 - Recomendações

A participação no REUNI é voluntária, consistindo em uma opção das universidades federais que desejam aprimorar a qualidade e a quantidade de sua oferta. Com efeito, o REUNI oferece uma oportunidade para inovar o cenário de educação superior, permitindo novos mecanismos de seleção de estudantes, novas articulações curriculares, novos percursos formativos. As universidades devem exercer sua autonomia institucional para propor cursos novos, flexibilidade curricular, caminhos de formação adaptados a cada realidade local. Ao se evitar a especialização precoce, ditada por uma formação estritamente profissionalizante, torna-se possível utilizar, de forma mais eficiente, os recursos materiais e humanos existentes nas universidades. Nesse sentido, os projetos poderão romper com a estrutura tradicional de ingresso já em cursos profissionalizantes, sendo possível propor estruturas que prevejam uma formação inicial de curta duração e diplomas intermediários como parte do caminho para a profissionalização ou formação específica.

A oferta de uma formação para a cidadania exige diversidade nos quadros acadêmicos. São, por conseguinte, desejáveis processos seletivos que evitem a busca de conhecimento memorizado. Eles deverão ser estruturados de forma a não discriminar estudantes das camadas menos favorecidas da população ou egressos de escolas públicas. Caso necessário, mecanismos efetivos de ação afirmativa poderão ser utilizados para garantir o acesso equânime da população.

Acima de tudo, é fundamental que as universidades tenham claro que será difícil atender as metas do Plano Nacional de Educação sem o envolvimento e o compromisso social das instituições federais no que se refere ao aumento de vagas no ensino superior. Atualmente, há cerca de dez milhões de jovens matriculados no ensino médio e este número, certamente, aumentará, de forma significativa, após a plena implementação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Com isso, a demanda por ensino superior ganhará um acréscimo exponencial, principalmente daqueles que não terão acesso ao ensino privado. Enfim, a universidade pública é, mais uma vez, colocada diante do desafio de garantir o acesso e a qualidade de ensino a um número cada vez maior de jovens.

## 10 - Bibliografia

BRASIL, 1996. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 23.12.1996.

BRASIL, 2001. Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 10.01.2001.

BRASIL, 2004. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 15.04.2004.

BRASIL, 2007. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União* de 25.04.2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2006. *Sinopse estatística da educação superior 2005*. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>, acesso em: 10 jul. 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2007. MEC em números. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/mapas>, acesso em 10 jul. 2007. ANEXO

## **Anexos**

### *Glossário*

*Tabela 1 – Simulação da taxa de conclusão de cursos de graduação a partir dos dados do PingIFES 2005, por curso de graduação.*

*Tabela 2 - Simulação Preliminar da relação entre alunos de graduação por professor a partir dos dados PingIFES 2005.*

*Tabela 3 - Fator de retenção definido pela Andifes/SESu.*

*Tabela 4 – Tabela de valores de salários dos professores, técnico administrativos e bolsas.*

*Tabela 5 – Quadro Síntese de Indicadores Acadêmicos.*

*Tabela 6 – Quadro Síntese de Orçamento.*

*Tabela 7 – Simulação dos valores de custeio, previstos no Decreto nº 6096, prevendo a participação de todas Universidades a partir de 2008.*

*Tabela 8 - Simulação da distribuição dos recursos de custeio considerando a participação de todas as Universidades a partir de 2008 e com base no orçamento 2007.*

*Tabela 9 - Simulação dos valores de investimento inicial, na ordem de 500 milhões, prevendo a participação de todas Universidades a partir de 2008.*

## Glossário

- **Ampliação do acesso**

Aumento de vagas para a graduação seja por vagas de ingresso ou reocupação de vagas ociosas.

- **Aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais**

Otimização dos recursos existentes na universidade.

- **Aproveitamento de créditos**

Reconhecimento de atividades formativas desenvolvidas no âmbito da mobilidade estudantil.

- **Assistência estudantil**

Oferta de meios e condições para permanência e sucesso dos estudantes na realização da formação superior.

- **Cursos de graduação**

Cursos superiores presenciais oferecidos pelas universidades e financiados pelo MEC de acordo com critérios adotados pela SESu.

- **Estrutura acadêmica**

Articulação entre unidades acadêmicas, docência e execução de atividades curriculares para desenvolvimento da formação superior.

- **Expansão**

Ampliação do acesso por meio do aumento de matrículas em cursos de graduação presenciais nas universidades, dos recursos humanos e materiais.

- **Garantia de permanência**

Oferecimento de condições acadêmicas, apoio e orientação para que os estudantes possam realizar suas atividades adequadamente.

- **Inclusão estudantil**

Democratização, diversificação e ampliação do acesso à educação superior.

- **Itinerários formativos**

Conjuntos de atividades formativas possíveis conduzindo à certificação ou diplomação.

- **Metodologias de ensino-aprendizagem**

Conjunto de atividades e procedimentos relacionados ao processo ensino-aprendizagem.

- **Mobilidade estudantil**

Mobilidade interna: circulação estudantil entre cursos, incluindo a mudança de curso na instituição, com aproveitamento de estudos.  
Mobilidade Externa: circulação estudantil entre instituições, com aproveitamento de estudos.

- **Modalidades de graduação**

Formas de organização curricular da graduação: licenciaturas, bacharelados profissionais, bacharelados interdisciplinares, cursos superiores de tecnologia e outros.

- **Profissionalização especializada**

Profissionalização resultante de formação compartimentada e extremamente focada.

- **Profissionalização precoce**

Itinerários formativos com vinculação precoce à profissão.

- **Regimes curriculares**

Caracterização da organização curricular.  
Indicação dos conteúdos mínimos, com fixação do período de integralização e duração de cursos.

- **Reorganização dos cursos de graduação**

Construção de novos desenhos curriculares com incentivo à diversidade de itinerários formativos.

- **Sistemas de créditos**

Meios de acumular, de medir e de comparar resultados de aprendizagem e períodos de estudo e de transferi-los entre sistemas educacionais ou instituições.

- **Sistemas de títulos**

Diplomas e certificados outorgados pela instituição nos vários níveis e ciclos de formação.

- **Vagas de ingresso**

Vagas em cursos de graduação ofertadas regularmente em processos seletivos de ingresso à universidade.

- **Vagas ociosas**

Vagas disponíveis nos cursos de graduação decorrentes de não preenchimento inicial, de abandono ou desligamento.

*Tabela 1 – Simulação da taxa de conclusão de cursos de graduação a partir dos dados do PingIFES 2005, por curso de graduação.*

IFES	Ingressantes	Concluintes	Taxa Conclusão (%)
FFFCMPA	138	92	66,67
FURG	1352	802	59,32
UFAC	1118	539	48,21
UFAL	2311	1817	78,62
UFAM	3271	2348	71,78
UFBA	4580	2638	57,60
UFC	3976	2341	58,88
UFCG	2223	1035	46,56
UFERSA	342	118	34,50
UFES	2835	1986	70,05
UFF	5149	2822	54,81
UFG	3751	2416	64,41
UFJF	2083	1781	85,50
UFLA	655	388	59,24
UFMA	2292	1477	64,44
UFMG	5069	3954	78,00
UFMS	4043	2517	62,26
UFMT	4156	2052	49,37
UFOP	1113	808	72,60
UFPA	5811	4109	70,71
UFPB	4158	2146	51,61
UFPE	4533	2784	61,42
UFPEL	1657	1369	82,62
UFPI	2624	1675	63,83
UFPR	5991	3337	55,70
UFRA	454	263	57,93
UFRGS	4750	2684	56,51
UFRJ	6605	3928	59,47
UFRN	4350	2566	58,99
UFRPE	1528	963	63,02
UFRR	810	340	41,98
UFRRJ	1736	922	53,11
UFS	2086	1354	64,91
UFSC	4575	2722	59,50
UFSCAR	1290	943	73,10
UFSJ	772	428	55,44
UFSM	2887	1959	67,86
UFT	1937	960	49,56
UFTM	150	131	87,33
UFU	2457	2023	82,34
UFV	1971	1376	69,81
UFVJM	409	108	26,41
UNB	4494	3080	68,54
UNIFAL	335	268	80,00
UNIFAP	608	533	87,66
UNIFEI	402	336	83,58
UNIFESP	478	344	71,97
UNIR	1249	522	41,79
UNIRIO	1519	881	58,00
UNIVASF	138	0	00,00
UTFPR	497	369	74,25

Tabela 2 - Simulação Preliminar da relação entre alunos de graduação por professor a partir dos dados PingIFES 2005.

Simulação Preliminar da relação entre alunos de graduação por professor a partir dos dados Pingifes 2005.										
SIGLA	Matrícula Projetada na Graduação 2005	Alunos de Pós- Graduação 2005	Dedução da pós- graduação	PEq 2005	Professor com equivalência DE 2005	Corpo Docente Ajustado 2005	Relação de Alunos de Graduação por Professor 2005	Matrícula Projetada na Graduação ao final do REUNI Meta	Acréscimo na Matrícula Projetada ao final do REUNI	
FFFCMPA	804	100	5	168,95	109	104	7,76	2600	1796	
FURG	6464	427	27	846,60	546	519	12,46	11409	4945	
UFAC	5342	10	0	598,60	386	386	13,85	8533	3191	
UFAL	11191	575	45	1395,00	900	855	13,09	20307	9117	
UFAM	15650	760	48	1488,85	961	913	17,15	22263	6613	
UFBA	19403	2769	87	2701,95	1743	1656	11,72	37945	18541	
UFC	18636	2218	71	2205,25	1423	1352	13,79	31240	12604	
UFCG	10863	709	41	1274,50	822	781	13,91	18496	7633	
UFERSA	1813	49	4	127,35	82	78	23,23	2280	467	
UFES	13491	1147	54	1679,35	1083	1029	13,11	23133	9642	
UFF	25026	3110	101	3145,15	2029	1928	12,98	44604	19578	
UFG	18113	1144	65	2008,60	1296	1231	14,71	30164	12052	
UFJF	10387	332	42	1304,75	842	800	12,99	17221	6834	
UFGD	3196		6	179,55	116	110		4836		
UFLA	3312	1063	118	526,20	339	222	14,94	5162	1850	
UFMA	10897	390	42	1308,85	844	802	13,58	18946	8049	
UFMG	25543	5881	583	3793,15	2447	1864	13,70	40528	14984	
UFMS	16164	495	46	1421,60	917	871	18,55	16735	571	
UFMT	13022	626	56	1747,85	1128	1071	12,16	25120	12098	
UFOP	5523	437	23	701,10	452	430	12,85	10130	4607	
UFPA	31225	1764	91	2829,35	1825	1734	18,01	38037	6812	
UFPB	20083	1788	74	2307,70	1489	1414	14,20	32743	12660	
UFPE	21646	3628	313	2301,45	1485	1171	18,48	30186	8540	
UFPEL	8213	657	39	1214,70	784	744	11,03	18231	10018	
UFPI	11955	358	39	1198,00	773	734	16,28	20431	8476	
UFPR	29033	3251	162	2673,50	1725	1563	18,58	33417	4384	
UFRA	2415	186	7	208,50	135	128	18,90	3130	714	
UFRGS	23177	7237	905	3492,75	2253	1349	17,19	26710	3533	
UFRB	883			121,00	78	78		3790		
UFRJ	32254	9105	1051	5085,30	3281	2230	14,47	49023	16768	
UFRN	21021	2072	81	2497,70	1611	1531	13,73	32207	11186	
UFRPE	7331	676	25	786,95	508	482	15,20	12077	4746	

Simulação Preliminar da relação entre alunos de graduação por professor a partir dos dados Pinglifes 2005.										
SIGLA	Matrícula Projetada na Graduação 2005	Alunos de Pós- Graduação 2005	Dedução da pós- graduação	PEq 2005	Professor com equivalência DE 2005	Corpo Docente Ajustado 2005	Relação de Alunos de Graduação por Professor 2005	Matrícula Projetada na Graduação ao final do REUNI Meta	Acréscimo na Matrícula Projetada ao final do REUNI	
UFRR	3775	30	5	573,10	370	365	10,35	7877	4102	
UFRRJ	8527	778	28	875,55	565	537	15,89	13493	4965	
UFS	10068	379	31	956,00	617	586	17,18	15443	5375	
UFSC	22333	5741	657	2666,30	1720	1064	21,00	24431	2098	
UFSCAR	6365	1971	233	1039,65	671	438	14,53	11212	4847	
UFSJ	3695	52	9	361,65	233	225	16,45	4941	1246	
UFSM	14157	1508	59	1838,95	1186	1127	12,56	26199	12042	
UFT	8338	41	7	697,80	450	443	18,81	10137	1799	
UFTM	872	117	6	194,70	126	119	7,30	2707	1836	
UFU	12154	1494	54	1683,20	1086	1032	11,78	21667	9513	
UFV	9738	1857	187	1223,70	789	602	16,17	12789	3051	
UFVJM	2179	0	0	203,30	131	131	16,62	4209	2029	
UNB	21301	4559	433	2435,55	1571	1138	18,72	25131	3830	
UNIFAL	1735	8	1	215,55	139	138	12,60	3511	1776	
UNIFAP	1527	0	0	283,05	183	183	8,36	3916	2389	
UNIFEI	2085	517	46	294,55	190	144	14,46	3261	1176	
UNIFESP	1728	2325	344	753,10	486	142	12,17	5701	3972	
UNIR	5819	116	17	515,95	333	316	18,40	7542	1723	
UNIRIO	7463	371	23	722,10	466	443	16,86	10060	2597	
UNIVASF	765	0	0	154,05	99	99	7,69	3233	2468	
UTFPR	2492	445	14	375,20	242	228	10,91	4666	2175	
<b>TOTAL</b>	<b>591193</b>	<b>75273</b>	<b>6407</b>	<b>71403,10</b>	<b>46067</b>	<b>39659</b>	<b>-</b>	<b>913762</b>	<b>318021</b>	
<b>MÉDIA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>14,54</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	

Tabela 3 - Fator de retenção definido pela Andifes/SESu.

Código	Área	Duração Padrão	Fator Retenção	Peso do grupo
A	Artes	4	0,1150	1,5
CA	Ciências Agrárias	5	0,0500	2,0
CB	Ciências Biológicas	4	0,1250	2,0
CE1	Ciências Exatas - Matemática e Estatística	4	0,1325	1,5
CE2	Ciências Exatas - Computação	4	0,1325	1,5
CET	Ciências Exatas e da Terra	4	0,1325	2,0
CH	Ciências Humanas	4	0,1000	1,0
CH1	Psicologia	5	0,1000	1,0
CH2	Formação de Professor	4	0,1000	1,0
CS1	Medicina	6	0,0650	4,5
CS2	Veterinária, Odontologia, Zootecnia.	5	0,0650	4,5
CS3	Nutrição, Farmácia.	5	0,0660	2,0
CS4	Enfermagem, Fiso, Fono, Ed Física.	5	0,0660	1,5
CSA	Ciências Sociais Aplicadas	4	0,1200	1,0
CSB	Direito	5	0,1200	1,0
CSC	Arquitetura e Urbanismo	4	0,1200	1,5
ENG	Engenharias	5	0,0820	2,0
LL	Linguística e Letras	4	0,1150	1,0
M	Música	4	0,1150	1,5
TEC	Tecnólogos	3	0,0820	2,0

Tabela 4 – Tabela de valores de salários dos professores, técnico administrativos e bolsas.

Categoria Profissional	Ano	Remuneração mensal	Remuneração anual
Docentes	2007	R\$ 4.162,79	R\$ 55.365,11
Técnico Nível Médio	2007	R\$ 1.193,22	R\$ 15.869,83
Técnico Nível Superior	2007	R\$ 1.424,03	R\$ 18.939,60

Bolsas CAPES	Ano	Remuneração mensal	Remuneração anual
Mestrado	2007	R\$ 940,00	R\$ 11.280,00
Doutorado	2007	R\$ 1.394,00	R\$ 16.728,00
Pós Doutorado	2007	R\$ 3.300,00	R\$ 39.600,00
Prof Visitante	2007	R\$ 3.300,00	R\$ 39.600,00

Tabela 5 – Quadro Síntese de Indicadores Acadêmicos.

TABELA DE INDICADORES E DADOS GLOBAIS									
Rede de Universidades Federais									
		2005	2007 Atual	2008 1º Ano	2009 2º Ano	2010 3º Ano	2011 4º Ano	2012 5º Ano	Final
Graduação	Número de Cursos	Total							
		Noturno							
	Vagas Anuais	Total							
		Noturno							
	Matrícula Projetada	Total							
		Noturno							
Alunos Diplomados	Total								
	Noturno								
Pós-Graduação	Relação Média Diplomados por Ingressos								
	Número de Cursos	Mestrado							
		Doutorado							
	Vagas Anuais	Mestrado							
		Doutorado							
Matrícula Projetada	Mestrado								
	Doutorado								
Número de Professores-Equivalente									
Número de professores com Equivalência DE									
Dedução por Integração da Pós-Graduação									
Corpo Docente Ajustado									
Relação de Alunos de Graduação por Professor									

Tabela 6 – Quadro Síntese de Orçamento.

Orçamento - Rede de Universidades Federais		2008	2009	2010	2011	2012	Total
Custeio	Pessoal						
	Professores-Equivalente						
	Servidores de Nível Superior						
	Servidores de Nível Intermediário						
	Total						
	Assistência Estudantil						
	Mestrado						
	Doutorado						
	Pós-Doutorado						
	Professor Visitante						
Total							
Unidades Básicas de Custeio							
Total Projetado							
Créditos Autorizados							
Diferença							
Investimento	Edificações e Infra-Estrutura						
	Equipamentos						
	Total Projetado						
	Créditos Autorizados						
	Diferença						

Tabela 7 – Simulação dos valores de custeio, previstos no Decreto nº 6096, prevendo a participação de todas Universidades a partir de 2008.

IFES	Pessoal LOA 2007	Outras Despesas Correntes LOA 2007	TOTAL LOA 2007	Pessoal / TOTAL	Outras Desp Correntes / TOTAL	20% do TOTAL LOA 2007
UNIVASF	13.923.482	5.130.422	19.053.904	0,17%	0,33%	3.810.781
UFAL	150.395.727	27.502.702	177.898.429	1,86%	1,80%	35.579.686
UFBA	288.939.852	53.877.078	342.816.930	3,57%	3,52%	68.563.386
UFC	299.568.002	40.785.151	340.353.153	3,70%	2,66%	68.070.631
UFES	166.587.318	38.203.166	204.790.484	2,06%	2,49%	40.958.097
UFG	193.200.166	46.420.197	239.620.363	2,39%	3,03%	47.924.073
UFF	363.916.585	61.200.543	425.117.128	4,50%	3,99%	85.023.426
UFJF	121.272.235	28.948.188	150.220.423	1,50%	1,89%	30.044.085
UFMG	381.248.755	84.254.936	465.503.691	4,72%	5,50%	93.100.738
UFPA	251.246.473	51.176.053	302.422.526	3,11%	3,34%	60.484.505
UFPB	281.498.508	34.891.097	316.389.605	3,48%	2,28%	63.277.921
UFPR	281.460.363	61.607.295	343.067.658	3,48%	4,02%	68.613.532
UFPE	272.832.038	50.311.814	323.143.852	3,37%	3,28%	64.628.770
UFRN	266.458.173	42.925.211	309.383.384	3,30%	2,80%	61.876.677
UFRGS	307.617.774	58.201.987	365.819.761	3,80%	3,80%	73.163.952
UFRJ	798.187.383	120.846.900	919.034.283	9,87%	7,89%	183.806.857
UFSC	314.622.588	55.312.549	369.935.137	3,89%	3,61%	73.987.027
UFSM	226.443.087	41.470.887	267.913.974	2,80%	2,71%	53.582.795
UFRPE	81.140.623	18.285.093	99.425.716	1,00%	1,19%	19.885.143
UFRRJ	103.017.145	22.568.688	125.585.833	1,27%	1,47%	25.117.167
UFRR	36.145.518	6.014.444	42.159.962	0,45%	0,39%	8.431.992
UFT	41.314.182	13.660.429	54.974.611	0,51%	0,89%	10.994.922
UFCG	125.267.406	21.675.014	146.942.420	1,55%	1,41%	29.388.484
UFRA	31.018.312	7.194.511	38.212.823	0,38%	0,47%	7.642.565
UFTM	72.191.430	7.744.692	79.936.122	0,89%	0,51%	15.987.224
UFVJM	23.962.405	4.173.134	28.135.539	0,30%	0,27%	5.627.108
UFTPR	111.361.314	24.768.945	136.130.259	1,38%	1,62%	27.226.052
UNIFAL	20.197.702	5.997.630	26.195.332	0,25%	0,39%	5.239.066
UNIFEI	29.199.242	2.927.983	32.127.225	0,36%	0,19%	6.425.445
UNIFESP	213.568.208	44.432.474	258.000.682	2,64%	2,90%	51.600.136
UFLA	50.209.211	10.062.953	60.272.164	0,62%	0,66%	12.054.433
UFERSA	27.301.247	3.032.774	30.334.021	0,34%	0,20%	6.066.804
UNIR	48.913.707	7.730.150	56.643.857	0,60%	0,50%	11.328.771
UNIRIO	96.461.050	18.084.183	114.545.233	1,19%	1,18%	22.909.047
UFAM	122.087.007	32.485.789	154.572.796	1,51%	2,12%	30.914.559
UNB	262.993.948	56.561.750	319.555.698	3,25%	3,69%	63.911.140
UFMA	131.617.800	28.834.233	160.452.033	1,63%	1,88%	32.090.407
FURG	99.991.094	15.317.788	115.308.882	1,24%	1,00%	23.061.776
UFU	236.991.499	38.369.421	275.360.920	2,93%	2,50%	55.072.184
UFAC	57.405.756	10.846.128	68.251.884	0,71%	0,71%	13.650.377
UFMT	166.806.237	29.601.256	196.407.493	2,06%	1,93%	39.281.499
UFOP	63.825.016	13.123.952	76.948.968	0,79%	0,86%	15.389.794
UFPEL	132.667.616	25.402.334	158.069.950	1,64%	1,66%	31.613.990
UFPI	129.745.147	33.186.288	162.931.435	1,60%	2,17%	32.586.287
UFSCar	99.997.764	21.103.898	121.101.662	1,24%	1,38%	24.220.332
UFS	93.420.650	23.333.001	116.753.651	1,16%	1,52%	23.350.730
UFV	163.395.943	28.255.282	191.651.225	2,02%	1,84%	38.330.245
UFMS	137.078.608	24.987.678	162.066.286	1,70%	1,63%	32.413.257
FFFCMPA	16.787.600	4.034.649	20.822.249	0,21%	0,26%	4.164.450
UFSJ	27.188.490	8.789.615	35.978.105	0,34%	0,57%	7.195.621
UNIFAP	20.726.280	3.787.455	24.513.735	0,26%	0,25%	4.902.747
UFGD	22.059.458	7.846.923	29.906.381	0,27%	0,51%	5.981.276
UFRB	10.069.537	4.793.227	14.862.764	0,12%	0,31%	2.972.553
	<b>8.085.542.661</b>	<b>1.532.079.940</b>	<b>9.617.622.601</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.923.524.520</b>

Tabela 8 - Simulação da distribuição dos recursos de custeio considerando a participação de todas as Universidades a partir de 2008 e com base no orçamento 2007.

Universidade	Projeção de acréscimo anual em despesas de custeio (incluído pessoal ativo) até atingir 20% em cinco anos. (em mil R\$)				
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>TOTAL</b>	<b>174.157</b>	<b>564.247</b>	<b>975.707</b>	<b>1.445.707</b>	<b>1.970.205</b>
UNIVASF	326	1.255	2.237	3.177	4.610
UFAL	3.229	10.382	17.926	26.617	36.161
UFBA	6.214	20.064	34.672	51.422	69.980
UFC	6.286	19.088	32.581	49.159	65.189
UFES	3.657	12.380	21.585	31.616	43.836
UFG	4.264	14.599	25.506	37.249	51.871
UFF	7.758	24.514	42.183	62.931	84.886
UFJF	2.674	9.142	15.968	23.329	32.467
UFMG	8.337	27.972	48.690	71.480	98.769
UFPA	5.449	17.939	31.116	45.907	62.965
UFPB	5.871	17.546	29.849	45.247	59.579
UFPR	6.149	20.583	35.813	52.607	72.627
UFPE	5.862	18.882	32.614	48.401	65.804
UFRN	5.661	17.734	30.465	45.558	61.232
UFRGS	6.625	21.457	37.102	54.979	74.915
UFRJ	16.876	52.243	89.530	134.338	179.642
UFSC	6.732	21.466	37.005	55.069	74.561
UFSM	4.862	15.639	27.005	40.092	54.476
UFRPE	1.778	5.993	10.442	15.310	21.194
UFRRJ	2.251	7.536	13.112	19.260	26.592
UFRR	770	2.427	4.175	6.233	8.400
UFT	951	3.547	6.288	8.995	12.917
UFCG	2.677	8.507	14.656	21.830	29.517
UFRA	682	2.314	4.037	5.909	8.202
UFTM	1.493	4.363	7.386	11.272	14.691
UFVJM	512	1.630	2.810	4.183	5.659
UFTPR	2.437	8.189	14.258	20.923	28.928
UNIFAL	458	1.656	2.922	4.210	5.982
UNIFEI	602	1.741	2.942	4.503	5.842
UNIFESP	4.641	15.355	26.657	39.279	53.977
UFLA	1.087	3.566	6.182	9.129	12.503
UFERSA	566	1.662	2.816	4.292	5.607
UNIR	1.038	3.238	5.559	8.322	11.167
UNIRIO	2.076	6.709	11.597	17.194	23.410
UFAM	2.727	9.584	16.822	24.407	34.319
UNB	5.735	19.118	33.239	48.878	67.372
UFMA	2.876	9.628	16.753	24.607	33.974
FURG	2.116	6.565	11.256	16.878	22.592
UFU	5.037	15.795	27.138	40.573	54.554
UFAC	1.236	4.002	6.920	10.256	13.973
UFMT	3.572	11.412	19.681	29.272	39.666
UFOP	1.385	4.571	7.932	11.696	16.056
UFPEL	2.860	9.288	16.068	23.794	32.456
UFPI	2.884	10.033	17.578	25.570	35.818
UFSCar	2.176	7.224	12.549	18.474	25.420
UFS	2.071	7.160	12.531	18.256	25.515
UFV	3.491	11.095	19.113	28.470	38.493
UFMS	2.942	9.454	16.321	24.238	32.920
FFFCMPA	370	1.269	2.216	3.237	4.508
UFSJ	623	2.311	4.093	5.864	8.403
UNIFAP	445	1.430	2.470	3.667	4.982
UFGD	513	1.957	3.481	4.955	7.167
UFRB	247	1.031	1.860	2.596	3.863

Tabela 9 - Simulação dos valores de investimento inicial, na ordem de 500 milhões, prevendo a participação de todas Universidades a partir de 2008.

<b>CODIGO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>Matricula Projetada 2005</b>	<b>%</b>	<b>Investimento 1 (R\$)</b>
26284	FFFCMPA	804	0,136	679.912,79
26273	FURG	6464	1,093	5.466.721,46
26275	UFAC	5342	0,904	4.518.089,52
26231	UFAL	11191	1,893	9.464.609,01
26270	UFAM	15650	2,647	13.235.853,34
26232	UFBA	19403	3,282	16.410.435,96
26233	UFC	18636	3,152	15.761.295,67
26252	UFCE	10863	1,838	9.187.749,57
26264	UFERSA	1813	0,307	1.533.360,15
26234	UFES	13491	2,282	11.409.949,36
26236	UFF	25026	4,233	21.165.778,62
26235	UFG	18113	3,064	15.318.724,82
26237	UFJF	10387	1,757	8.785.026,06
26350	UFGD	3196	0,541	2.702.668,58
26263	UFLA	3312	0,560	2.801.401,06
26272	UFMA	10897	1,843	9.215.769,15
26238	UFMG	25543	4,321	21.603.021,27
26283	UFMS	16164	2,734	13.670.761,73
26276	UFMT	13022	2,203	11.013.733,89
26277	UFOP	5523	0,934	4.671.051,30
26239	UFPA	31225	5,282	26.408.584,37
26240	UFPB	20083	3,397	16.985.526,90
26242	UFPE	21646	3,661	18.307.040,15
26278	UFPEL	8213	1,389	6.946.118,73
26279	UFPI	11955	2,022	10.110.603,13
26241	UFPR	29033	4,911	24.554.229,47
26253	UFRA	2415	0,409	2.042.867,64
26244	UFRGS	23177	3,920	19.602.128,04
26351	UFRB	883	0,149	746.447,70
26245	UFRJ	32254	5,456	27.278.942,43
26243	UFRN	21021	3,556	17.778.287,69
26248	UFRPE	7331	1,240	6.200.034,70
26250	UFRR	3775	0,639	3.192.728,12
26249	UFRRJ	8527	1,442	7.212.097,65
26281	UFS	10068	1,703	8.514.898,75
26246	UFSC	22333	3,778	18.888.009,02
26280	UFSCAR	6365	1,077	5.383.381,57
26285	UFSJ	3695	0,625	3.125.076,83
26247	UFSP	14157	2,395	11.973.237,90
26251	UFT	8338	1,410	7.051.431,13
26254	UFTM	872	0,147	737.127,57
26274	UFU	12154	2,056	10.279.342,32
26282	UFV	9738	1,647	8.236.305,53
26255	UFVJM	2179	0,369	1.843.250,25
26271	UNB	21301	3,603	18.015.443,55
26260	UNIFAL	1735	0,293	1.467.358,07
26286	UNIFAP	1527	0,258	1.291.726,05
26261	UNIFEI	2085	0,353	1.763.652,79
26262	UNIFESP	1728	0,292	1.461.653,50
26268	UNIR	5819	0,984	4.921.130,17
26269	UNIRIO	7463	1,262	6.311.453,39
26230	UNIVASF	765	0,129	646.776,43
26258	UTFPR	2492	0,421	2.107.195,15
	<b>TOTAL</b>	<b>591193,46</b>	<b>100,00</b>	<b>500.000.000,00</b>

**PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE  
REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS  
REUNI**

**MODELO DE FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS  
(A ser disponibilizado eletronicamente para preenchimento)**

**Julho, 2007**

## OBSERVAÇÕES:

- As caixas de texto são apenas referência para implementação de um formulário eletrônico
- Cinco mil caracteres (sem contar espaços) – Uma página de texto (times-roman, 11 pts) – 700 palavras.

### **1. Dados da universidade**

Nome da universidade

Endereço

Dirigente

Caracterização atual da Instituição: Perfil (geral para a instituição incluindo pós-graduação)

(texto com até cinco mil caracteres)

O contexto da universidade: Justificativa, conceitos e fundamentos

(texto com até dez mil caracteres)

### **2. As dimensões do plano de reestruturação**

As dimensões contempladas no plano de reestruturação das universidades federais, conforme apresentadas a seguir, pontuam aspectos que possam viabilizar, ao serem implementados, uma concepção mais flexível de formação acadêmica na graduação, de forma a evitar a especialização precoce e a possibilitar que o seu desenvolvimento atenda às diversidades regionais, às particularidades locais, bem como às diferentes áreas de conhecimento que integram os diferentes cursos, resguardado o caráter de universalidade que caracteriza o saber acadêmico.

#### **A. Ampliação da Oferta de Educação Superior Pública**

##### **A.1 Aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno.**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **A.2 Redução das taxas de evasão**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **A.3 Ocupação de vagas ociosas**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

#### **A.4 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no decreto**

Especificar a proposta

(texto com até três mil caracteres)

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **B. Reestruturação Acadêmico-Curricular**

#### **B.1 Revisão da estrutura acadêmica buscando a constante elevação da qualidade**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **B.2 Reorganização dos cursos de graduação**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **B.3 Diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada.**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

#### **B.4 Implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

#### **B.5 Prever modelos de transição, quando for o caso.**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **B.6 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto**

Especificar a proposta

(texto com até três mil caracteres)

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **C. Renovação Pedagógica da Educação Superior**

### **C.1 Articulação da graduação com a pós-graduação: expansão quali-quantitativa da pós graduação orientada para a renovação pedagógica da educação superior.**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **C.2 Articulação da educação superior com a educação básica, profissional e tecnológica.**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **C.3 Atualização de metodologias (e tecnologias) de ensino-aprendizagem**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

#### **C.4 Prever programas de capacitação pedagógica para implementação do novo modelo**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

#### **C.5 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto**

Especificar a proposta

(texto com até três mil caracteres)

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **D. Mobilidade Intra e Inter-Institucional**

### **D.1 Promoção da ampla da mobilidade estudantil mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre cursos e programas, e entre instituições de educação superior**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **D.2 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto**

Especificar a proposta

(texto com até três mil caracteres)

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

## **E. Compromisso Social da Instituição**

### **E.1 Políticas de inclusão**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **E.2 Programas de assistência estudantil**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **E.3 Políticas de extensão universitária**

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **E.4 Outras propostas nesta dimensão não contempladas no Decreto**

Especificar a proposta

(texto com até três mil caracteres)

Diagnóstico da situação atual

(texto com até cinco mil caracteres)

Metas a serem alcançadas com cronograma de execução

(texto com até cinco mil caracteres)

Estratégias para alcançar a meta

(texto com até dez mil caracteres)

Etapas

(texto com até cinco mil caracteres)

Indicadores

(texto com até cinco mil caracteres)

### **3. Plano geral de implementação da proposta**

Reordenação da Gestão acadêmica da IFES

(texto com até cinco mil caracteres)

Formação docente para a proposta

(texto com até cinco mil caracteres)

Programação da transição entre modelos (se for o caso)

(texto com até cinco mil caracteres)

Plano de contratação de pessoal docente e técnico

(texto com até cinco mil caracteres)

Plano diretor de infra-estrutura física (necessariamente devem constar as características, custos e prováveis localizações dos serviços a serem realizados sejam construções, reformas e ampliações/adequações).

(texto com até dez mil caracteres)

### **4. Cronograma geral de implementação e execução**

(texto com até dez mil caracteres)

### **5. Orçamento parcial e global**

Orçamento parcial e global: Plano de trabalho detalhado de todas as etapas (investimento, manutenção e pessoal)

(texto com até dez mil caracteres)

## **6. Plano de acompanhamento e avaliação da proposta**

Plano de acompanhamento e avaliação da proposta: indicadores de progresso, ciclos anuais (acompanhamento dos indicadores relativos às metas globais do artigo 1 do REUNI – ponto de partida: número de ingressos anuais projetado na graduação)

(texto com até cinco mil caracteres)

## **7. Plano de acompanhamento de indicadores de qualidade**

Acompanhamento de indicadores de qualidade (avaliação discente, avaliação da qualificação do corpo docente, avaliação das condições institucionais, considerar SINAES, índices de avaliação da CAPES, dados do INEP)

(texto com até cinco mil caracteres)

## **8. Impactos globais**

Impactos globais (Expectativas de transformação da universidade ao final do programa)

(texto com até dez mil caracteres)